



PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PARA O GOVERNO DE GOIÁS

Sumário

- 03 — **INTRODUÇÃO**
- 04 — **PROCESSO ELEITORAL**
- 05 — **MOVIMENTOS APOIADORES**
- 07 — **QUEM SÃO OS CANDIDATOS?**

- 08 — **PROPOSTAS DE GOVERNO**
- 09 — **EMPREGO E RENDA**
- 10 — **DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**
- 11 — **DIREITO À CIDADE E INFRAESTRUTURA**
- 13 — **EDUCAÇÃO**
- 15 — **CULTURA**
- 16 — **FIM DA DISCRIMINAÇÃO DAS MULHERES;
DIREITOS IGUAIS; FIM DO RACISMO E DA
DISCRIMINAÇÃO DOS NEGROS**
- 19 — **SEGURANÇA PÚBLICA**
- 20 — **SAÚDE**
- 21 — **PCDs**

Introdução

Esta carta programa tem como finalidade apresentar as propostas de governo desenvolvidas pela militância e apoiadores da Unidade Popular ao Governo de Goiás, sendo um acúmulo coletivo da atuação dos Movimentos Sociais que compõem a Unidade Popular e das plenárias e grupos de trabalho voltados à construção da tática e programa eleitoral do partido.

Nossa plataforma é, sobretudo, um contraponto às gestões anteriores do Governo de nosso estado, cuja centralidade sempre foi a de gerir Goiás de acordo com os interesses da elite goiana, transformando o poder público em seu próprio gabinete de negócios.

Acreditamos que o estado e sua gerência devem pertencer àqueles que realmente o constroem: os de baixo, a classe que trabalha, que produz, mas que, infelizmente, é privada da sua plena capacidade de decidir sobre o seu próprio futuro.

Votar a cada quatro anos não é sinônimo de vida política, e muito menos de democracia. Por isso, defendemos o “poder popular”: o exercício diário da vida política dos trabalhadores em seus locais de trabalho, estudo, moradia etc. Esse é o eixo da leitura que se segue.

PROCESSO ELEITORAL

MARCADO PELA LUTA CONTRA O GOLPISMO FASCISTA E A EXPLORAÇÃO DO POVO

O Brasil de 2022 tem a marca dos resultados da profunda crise econômica e social que se estende desde 2013, ano de início da expressão maior dos efeitos da crise internacional do Capitalismo de 2008. Também contribuíram para a piora da vida da população o conjunto de reformas antipovo aplicadas após o golpe institucional de 2016, são elas: Reformas de Teto de Gastos e Terceirização Irrestrita, aprovada no governo de Michel Temer e Reforma da Previdência, aprovada no governo de Jair Bolsonaro.

Levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas constata que chegamos ao patamar de 63 milhões de brasileiros vivendo com apenas R\$ 500,00 no mês, enquanto no Brasil os 10% mais ricos detém 80% do patrimônio privado. Em contrapartida, a metade mais pobre de nossa população tem apenas 1% da riqueza (dados do Relatório Oxfam "Terra, Poder e Desigualdade na América Latina). O país campeão em produção de alimentos é também o país de 33 milhões de pessoas com fome (Estudo Rede Penssan e Vox Populi).

O povo trabalhador é a imensa maioria do país e 70% de toda esta população vive com menos de dois salários-mínimos ao mês (PNAD IBGE 2021). Aproximadamente 36 milhões de Brasileiros possuem carteira assinada, enquanto 25 milhões atuam na informalidade como autônomos, ou em condições precárias como a imensa massa de trabalhadores de aplicativos. O país passou por um intenso processo de desindustrialização e reprimarização da economia, fruto do processo de entrega do patrimônio das estatais e privatização das reservas petrolíferas e parque petroquímico. Os setores extrativistas na mineração ou agronegócio para exportação, passaram a vigorar como ramos de maior impacto na produção nacional frente a indústria de transformação.

Tudo isso com o patamar de total domínio do Capital Financeiro sobre a economia e Estado Brasileiros. Grande Bancos como Itaú, Santander e Safra, atingem lucros recordes com o controle de diversos setores produtivos, levam mais de 50% do orçamento da união por meio do mecanismo do sistema da dívida pública e mais recentemente com o controle do Banco Central, frente a chamada "autonomia" concedida por Bolsonaro e Paulo Guedes.

Movimentos Apoiadores

A articulação da candidatura pela Unidade Popular é uma iniciativa conjunta de diversos movimentos que se organizam em torno das principais lutas sociais que estão hoje sendo travadas no nosso Estado: pela educação, pelos direitos das mulheres, pelos direitos dos trabalhadores(as) da cidade e do campo, pelo direito à moradia e pelos direitos da juventude.

Pela pauta da educação universitária, somos apoiados pelo Movimento Correnteza, um movimento nacional de estudantes organizados em universidades públicas e privadas na luta por suas pautas específicas, destacando, no apoio à candidatura, que a educação no Brasil tem sido pauta de segunda ordem, e que vivemos num processo de destruição da educação, com universidades públicas sendo sucateadas e universidades privadas cobrando mensalidades abusivas.

No âmbito da questão das mulheres, o Movimento de Mulheres Olga Benário destaca-se no nosso campo de apoio, por levantar nacionalmente a bandeira da emancipação feminina, construindo lutas por mais creches, casas de referência e apoio, e apontando sempre como saída para as contradições impostas pelo sistema capitalista às mulheres a necessidade de construção do socialismo.

Também entre os apoiadores, apresentamos o Movimento Luta de Classes (MLC), uma articulação nacional de trabalhadores e trabalhadoras que se colocam na linha de frente da luta sindicalizada, organizando segmentos da classe operária em suas diversas reivindicações, propagandeando politicamente que somente através da construção do socialismo será possível garantir o pleno emprego e a valorização do(a) trabalhador(a).

Em consonância com uma das principais bandeiras do nosso programa – a reforma urbana – somos apoiados pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), um movimento nacional em defesa do constitucionalizado direito à moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo. Lembramos que a reforma urbana é capaz de reduzir a fome, a desigualdade, o desemprego e diversas injustiças.

Desde 2013, esses setores organizados e insatisfeitos com a falta de representatividade política dos velhos partidos e da corrupta política tradicional, se articularam em torno do programa da Unidade Popular pelo Socialismo, que visa findar as injustiças do Brasil e da nossa região, e, de forma consequente, pautar como saída imediata para a crise o investimento no povo, a reversão das retiradas de direitos e a melhoria dos serviços públicos. Porém, não se resolve os problemas do povo brasileiro somente com política de gabinete, mas com mobilização, organização e luta nas ruas do nosso país, pois são nestes espaços, e dessa forma, que historicamente a classe trabalhadora se constituiu enquanto sujeito político consciente e capaz de decidir seus próprios rumos.

O povo é a nossa força e a nossa voz, e é para as ruas que devemos levar o embate contra os retrocessos, a níveis federal, estadual e municipal, que ameaçam a nação. Por isso, convidamos todos e todas que se dispõem à luta e a construir um projeto socialista para o país a comporem os nossos movimentos e fortalecerem a luta por um estado que esteja nas mãos daqueles que verdadeiramente o constroem.

Quem são os candidatos?

Como candidato ao Governo do Estado de Goiás, a Unidade Popular tem o orgulho de apresentar à sociedade goiana o nome de Reinaldo Assis Pantaleão! O Professor Pantaleão, como é conhecido, é militante das causas sociais desde os 13 anos de idade, quando foi aluno do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes e participou do Movimento Estudantil, lutando contra a Ditadura Militar e posteriormente, em 1978, sendo membro fundador do Comitê Goiano pela Anistia.

Hoje aposentado, Pantaleão é formado em História pela UFG e foi Professor do Ensino Médio e de cursinhos preparatórios para o vestibular, em Goiás e em outros estados do Brasil.

Em sua atuação política, foi fundador da Central Única dos Trabalhadores – CUT e do Partido dos Trabalhadores - PT, partido pelo qual foi candidato em três ocasiões. Também foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás – SINTEGO e integrou a Diretoria do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás – SINPRO em dois mandatos.

A luta de Pantaleão pelas transformações sociais é marcada também pela sua trajetória no PSOL, partido pelo qual foi candidato à Prefeitura de Goiânia. Hoje na Unidade Popular e candidato ao Governo de Goiás pela sigla, Pantaleão se junta ao mais novo partido político do Brasil, nascido da união de movimentos sociais com décadas de atuação.

Enquanto candidata à Vice-Governadora de nosso estado, temos a honra de apresentar o nome de Luciana Amorim, coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário. Natural de Anápolis, Luciana tem 50 anos, é servidora pública e graduada em direito.

Convidamos também a conhecerem nossas candidaturas de Letícia Scalabrini, estudante de Ciências Sociais e liderança estudantil para Deputada Estadual e a de Laryssa Sampaio, psicóloga e coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário para Deputada Federal.



PROPOSTAS DE GOVERNO

- Estabelecer periodicidade para realização de eventos públicos para a prestação de contas política de todas as Secretarias de Estado;
- Obrigatoriedade de uso de educação e saúde pública para todo o alto escalão do governo goiano e deputados estaduais. Compreendendo que desta forma será dada melhor atenção a estas áreas que atendem a imensa maioria da população goiana;

Emprego e Renda

- Criação de frentes emergenciais de trabalho, nos bairros pobres e interiores de todo o estado, com obras de infraestrutura em saneamento, manutenção e construção de postos de saúde e moradias populares para a geração de milhares de empregos;
- Garantia de auxílio emergencial, de forma permanente, até a completa oferta de emprego para a população goiana;
- Reestatização da CELG e interrupção do processo de privatização da SANEAGO;
- Estímulo à construção de redes de economia local e solidária: apoio (inclusive com subsídios e linhas de crédito especiais) às organizações de feiras agroecológicas, de artesanato e de pequenos produtores locais de bens e serviços, de modo a favorecer a cultura de apoio mútuo e descentralizado dentro das comunidades/bairros;
- Garantir a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos nos termos da lei;
- Implementação, de forma emergencial, do passe livre para as pessoas em situação de desemprego.

Desenvolvimento Agrário

- Prioridade à fiscalização e combate aos modos de trabalho análogos à escravidão, em especial na zona rural;
- Garantia do acesso à terra com crédito abundante para todos que nela trabalhem, no campo e nas proximidades das grandes cidades, com fomento às pequenas culturas, à agricultura urbana e à agricultura familiar, para o povo produzir e comprar alimento saudável e barato;
- Realizar ações discriminatórias nas terras do Cerrado goiano para regularizar e retirá-las das mãos dos grileiros, entregando-as a cooperativas rurais, formadas por pequenos produtores e trabalhadores sem-terra;
- Universalizar a assistência técnica e extensão rural, capacitação aos agricultores(as) na perspectiva agroecológica, crédito e políticas de comercialização para as famílias assentadas e pequenos proprietários(as) rurais;
- Consolidar e avançar na reforma agrária, na demarcação de terras indígenas e quilombolas e na delimitação de parques nacionais e áreas protegidas, garantindo a integridade da paisagem e do espaço físico, econômico e social (Proposta oriunda da Carta aos Candidatos do CAU Brasil).

Direito à Cidade e Infraestrutura

- Estruturar as cidades a partir do planejamento territorial, da política habitacional e da mobilidade urbana com investimentos massivos especialmente nas periferias urbanas e assentamentos precarizados. O Planejamento Urbano Integrado proporciona segurança e qualidade de vida. É fundamental oferecer moradias próximas às oportunidades de trabalho e educação (Proposta oriunda da Carta aos Candidatos do CAU Brasil);
- Implementação dos Centros de Referência do Esporte regionalizados;
- Criar mecanismos de financiamento e subsídio ao transporte público urbano de qualidade, democratizando e universalizando seu uso, a nível local e intrarregional (Proposta oriunda da Carta aos Candidatos do CAU Brasil);
- Estatização de todos os meios de transporte coletivo;
- Volta da meia passagem para os estudantes no transporte coletivo;
- Investir na ampliação e qualificação da rede ferroviária e hidroviária para a maior integração do território estadual e nacional (Proposta oriunda da Carta aos Candidatos do CAU Brasil);

Recuperação de imóveis vazios para destinação à moradia e equipamentos comunitários;

- Construir lavanderias coletivas e restaurantes populares para promover uma melhor distribuição das tarefas domésticas na nossa sociedade;

- Incentivar a agricultura urbana e o extrativismo vegetal em áreas urbanas, utilizando-se da exploração de terrenos públicos ociosos;

- Garantia de moradia digna, saneamento e coleta de lixo para todas as famílias goianas; destinar os imóveis abandonados para resolver o déficit habitacional; realização de uma profunda reforma urbana;

Educação

- Efetivar um plano estadual da Escola Básica Integral;
- Realização de Concurso Público a fim de suprir o déficit de profissionais da educação em Goiás;
- Desmilitarização e interrupção do processo de militarização dos Colégios Estaduais;
- Reestruturação, com maior investimento financeiro, da Universidade Estadual de Goiás – UEG;
- Lançamento de programa de erradicação do analfabetismo no estado, envolvendo redes e mobilizadores populares ligados aos movimentos sociais e educacionais;
- Política Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia: ampliar a rede de escolas públicas de ensino fundamental, médio, técnico (COTECs e Escolas do Futuro), em especial nas periferias das grandes cidades e no interior do estado;
- Integração do Ensino Técnico com Centros de Serviços à população;

- Ampliar as instituições de pesquisa e integrá-las aos programas de pós-graduação, com especial atenção à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG. Ampliar o número de bolsas de pesquisa nos cursos de graduação, pós-graduação;
- Garantia de creche, educação infantil em tempo integral e serviços específicos para o contraturno escolar para todas as crianças e adolescentes, em especial para as/os filhas/os de mães que estudam e trabalham a noite (não escolar);
- Promover o ensino da Língua Brasileira de Sinais nos Colégios Estaduais;
- Ampliação da rede de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- Ampliação e melhoramento das Escolas Rurais;
- Promover a educação sexual nas escolas: oferecer às crianças e adolescentes uma educação sexual que garanta o cuidado com a saúde, o combate à violência sexual e à pedofilia, e que promova respeito à diversidade sexual;
- Fortalecimento e incentivo às Organizações Estudantis, resguardando sua autonomia.

Cultura

- Fortalecimento dos equipamentos culturais de memória em Goiás, como museus e centros culturais, com ampliação do investimento em toda a cadeia museológica com formação, equipamentos e ferramentas;
- Criação de centros educativos de arte comunitária regionalizados, com o estudo de música, teatro, dança, artes plásticas e audiovisual de forma pública, gratuita e de qualidade;
- Realização anual do Festival de Cultura Goiana, para a ampla promoção da cultura popular local e valorização dos artistas e trabalhadores da cultura do estado;
- Realização de concursos estaduais anuais, com etapas municipais, de música, dança, gastronomia, artes plásticas, teatro, escrita e audiovisual;
- Criação do Circuito Cultural Goiano como um programa estadual que visa promover a difusão das manifestações artísticas e culturais de Goiás de forma descentralizada, promovendo o acesso da população à diversidade de manifestações culturais e artísticas por todo o estado.

Fim da discriminação das mulheres; direitos iguais; fim do racismo e da discriminação dos negros

- Firme combate à exploração sexual de mulheres e crianças;
- Firme punição aos infratores;
- Lutar contra todas as manifestações LGBTfóbicas;
- Política de reparação histórica e cultural, alterando nome de ruas, monumentos que cultuam figuras de escravistas, ditadores e genocidas. No seu lugar, devemos levantar nomes de heróis e heroínas explorados e oprimidos;
- Programa de ampliação das vagas nos setores públicos para a população negra;
- Garantia de ensino de história da cultura afro-brasileira;
- Combate à violência de Estado e ao perfilamento racial;
- Promover o debate sobre a política de planejamento familiar desde a perspectiva e a necessidade da mulher. Valorização e garantia de direitos às mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico;

- Enfrentar a LGBTfobia: criação de programas de estímulo à capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; formulação de políticas de saúde e seguridade social específica à parcela dessa população vítima de violências físicas, psicológica e sexual;
- Fim de qualquer discriminação religiosa, de raça ou sexo; plena garantia à liberdade religiosa;
- Defender um maior investimento em políticas públicas para mulheres;
- Fomentar e auxiliar na criação de Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres. Com orçamento próprio e autonomia para trabalhar coletivamente com a comunidade para garantir melhorias e mudanças na vida das mulheres;
- Criar os conselhos populares de mulheres para promover um amplo debate da realidade específica nos bairros e comunidades;
- Combater todas as formas de violência de gênero realizando ações socioeducativas que esclareçam a população sobre o direito das mulheres, garantindo capacitação continuada sobre gênero para a prevenção das violências domésticas, visando o público escolar de todas as faixas etárias, profissionais do serviço público e a comunidade em geral. Para isso garantir a aplicação da lei Maria da Penha (11.340/2006), que no artigo 8º prevê a promoção de estudos, pesquisas, levantamentos de dados estatísticos referentes à violência doméstica de gênero, possibilitando um diagnóstico/mapa das violências no município que contribuam com a campanha;

- Criar o Programa Estadual de Agentes Multiplicadores para a Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com os movimentos de mulheres, movimento populares, entidades classistas, promotoras legais e profissionais liberais;
- Promover políticas para a inserção de mulheres trans e travestis no mercado de trabalho, garantindo às mesmas emprego e inserção na sociedade;
- Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, entre outras demandas, com a ampliação da Assistência Jurídica em parceria com as universidades e escritórios modelos de advocacia;
- Implementar Centros de Referência/Defesa e Convivência/Integrado para Mulheres que visem o atendimento multi/transdisciplinar de mulheres (cis, trans e travestis) principalmente, mas não exclusivamente, em situação de violência doméstica e/ou de gênero, sem restrições territoriais. Com equipe técnica especializada para psicológicos, assistências sociais e orientações jurídicas, bem como espaços coletivos e de convivência, com reflexões temáticas, espaços terapêuticos, educação em direitos e oficinas socioeducativas e/ou geração de renda com profissionais capacitadas;
- Implementar Delegacias especiais para as mulheres com atendimento 24 horas e fins de semana, qualificando os profissionais da área de segurança pública para realizar os atendimentos com a perspectiva humanizada com as vítimas;

Segurança pública

- Combate ao crime organizado com as forças de inteligência do estado;
- Reformulação do processo de treinamento de ingressantes na Polícia Militar;
- Interromper o processo de militarização das Guardas Civis Metropolitanas;
- Atuação da Secretaria de Segurança Pública junto ao Conselho da Comunidade e ao Conselho Penitenciário;
- Interromper o processo de tratamento do cargo de agente prisional como carreira policial;
- Divulgação de dados relacionados a ocorrências atendidas pelas Polícias, com divulgação do perfil das pessoas envolvidas;
- Melhoria das condições carcerárias, voltadas à reintegração do indivíduo encarcerado à sociedade;
- Pelo fim da polícia militar; fim de qualquer repressão aos movimentos sociais

Saúde

- Construção de Centros Regionais de Saúde de Especialização Médica;
- Interiorização das Unidades de Pronto Atendimento – UPA;
- Implementação de Rede de Centros de Saúde da Família em todo o estado;
- Distribuição de absorventes nas Unidades Básicas de Saúde, escolas e unidades prisionais;
- Reforma dos abrigos de idosos e ampliação das atividades desenvolvidas nesses ambientes, com o intuito de promover qualidade de vida;
- Garantir o acesso ao pré-natal de qualidade, com promoção de educação em direitos para pessoas gestantes, preenchimento adequado e informado do Plano de Parto, para resguardar e garantir as decisões da pessoa gestante no pré/peri/pós parto, bem como orientações sobre as formas de violência obstétrica, a fim de preveni-las; ampliação das maternidades e criação das casas de parto humanizadas; capacitação continuada para as equipes de saúde com foco na autonomia e protagonismo das pessoas gestantes e parturientes; campanhas educativas para a comunidade em geral sobre direitos sexuais e reprodutivos, parto humanizado, fluxos de atendimentos, as formas de violência obstétrica e como denunciá-las/pedir ajuda.

PCDs

- Implementação da educação inclusiva nos Colégios Estaduais, com a contratação de profissionais exclusivos e capacitados para o acompanhamento de alunos com deficiência e neuro atípicos;
- Implementação regional dos Centros de Reabilitação;
- Apoiar os municípios em seus planos de acessibilidade